



BOLETIM DA REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

4.º SUPLEMENTO

IMPRESA NACIONAL DE MOÇAMBIQUE, E.P.

AVISO

A matéria a publicar no «Boletim da República» deve ser remetida em cópia devidamente autenticada, uma por cada assunto, donde conste, além das indicações necessárias para esse efeito, o averbamento seguinte, assinado e autenticado: Para publicação no «Boletim da República».

SUMÁRIO

Assembleia da República:

Lei n.º 15/2012:

Estabelece mecanismos de protecção dos direitos e interesses das vítimas, denunciante, testemunhas, declarantes ou peritos em processo penal, e cria o Gabinete Central de Protecção à Vítima.

Lei n.º 16/2012:

Lei de Probidade Pública.

Lei n.º 17/2012:

Estabelece princípios e critérios de organização territorial.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Lei n.º 15/2012

de 14 de Agosto

Havendo necessidade de se estabelecer mecanismos de protecção dos direitos e interesses das vítimas, denunciante, testemunhas, declarantes ou peritos em processo penal, ao abrigo do n.º 1 do artigo 179 da Constituição, a Assembleia da República determina:

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

ARTIGO 1

(Definições)

Para os efeitos desta Lei considera-se:

- a) sujeitos beneficiários, as vítimas, denunciante, testemunhas, declarantes ou peritos que se encontrem numa situação de risco ou de perigo, em consequência

da sua intervenção, directa ou indirecta, na investigação de um crime ou na produção da prova dos factos objecto do processo;

- b) teleconferência, procedimento destinado à tomada e registo de depoimentos ou declarações sem a presença física da pessoa que depõe ou declara, através da utilização de meios técnicos de transmissão à distância, em tempo real, tanto do som como da imagem;
- c) elementos de identificação, quaisquer elementos que, isolada ou conjuntamente com outros, permitam individualizar uma pessoa, distinguindo-a das demais;
- d) domicílio, local de residência ou local escolhido para o sujeito beneficiário poder ser contactado;
- e) produção antecipada de prova, medida destinada a assegurar a prestação de depoimentos ou de declarações, com potencialidade de influir na decisão da matéria de facto, em fase processual anterior àquela em que normalmente deveriam ser prestados.

ARTIGO 2

(Objecto)

1. A presente Lei regula a protecção dos direitos e legítimos interesses das vítimas, denunciante, testemunhas, declarantes ou peritos e sujeitos especialmente vulneráveis em processo penal, quando a sua vida, integridade física ou psíquica, liberdade pessoal ou patrimonial sejam postos em perigo por causa do contributo que deram ou se disponham a dar à investigação criminal ou à produção da prova em juízo.

2. Sempre que as circunstâncias concretas do caso o justificarem, as medidas especiais de protecção decretadas nos termos da presente Lei podem estender-se aos familiares e outras pessoas vivendo na dependência dos sujeitos beneficiários.

ARTIGO 3

(Âmbito de aplicação)

As medidas especiais de protecção previstas na presente Lei podem ser decretadas, observados os pressupostos do artigo 5, em qualquer processo por crime punível com pena superior a dois anos de prisão.

ARTIGO 4

(Legitimidade)

A aplicação das medidas especiais de protecção pode ser requerida por qualquer dos sujeitos beneficiários ou decretada oficiosamente pelo Ministério Público ou pelo Juiz, consoante a fase processual em que os autos se encontrem.

ARTIGO 88

(Sanções penais)

Se os actos praticados pelo servidor público em violação do regime do conflito de interesses configurarem crime, é punido nos termos previstos no Código Penal ou legislação específica.

CAPÍTULO V

Disposições finais

SECÇÃO I

Disposições finais

ARTIGO 89

(Modelo de declaração e regulamentação)

Cabe à Comissão Central de Ética Pública submeter à decisão do Governo o Modelo de Declaração a que se refere o artigo 59, bem como o que se mostrar necessário para o cumprimento do que dispõem a Secção II do Capítulo IV, até sessenta dias após a entrada em vigor deste código.

ARTIGO 90

(Revogação)

1. São revogados:

- a) os artigos 3, 6, 7 e 8 da Lei n.º 4/90, de 26 de Setembro;
- b) o artigo 7, da Lei n.º 21/92, de 31 de Dezembro;
- c) a Resolução n.º 10/97, de 29 de Julho;
- d) os artigos 3 e 5 e os números 2, 3, 4, 5, 6 e 7 do artigo 7, da Lei n.º 7/98, de 15 de Junho;
- e) os artigos 17, 18, 19 e 20, do Decreto n.º 30/2001, de 15 de Outubro;
- f) o número 1 do artigo 7, do Decreto n.º 28/2005, de 23 de Agosto;
- g) o artigo 4 da Lei n.º 6/2004, de 17 de Junho;
- h) o artigo 27 da Lei n.º 6/2006, de 2 de Agosto.

2. Consideram-se ainda revogadas todas as demais disposições contrárias à presente Lei.

ARTIGO 91

(Entrada em vigor)

A presente Lei de Probidade Pública entra em vigor 90 dias após sua publicação.

Aprovada pela Assembleia da República, aos 11 de Maio de 2012.

A Presidente da Assembleia da República, *Verónica Nataniel Macamo Dlhovo*.

Promulgada em 13 de Julho de 2012.

Publique-se.

O Presidente da República, ARMANDO EMÍLIO GUEBUZA.

Lei n.º 17/2012

de 14 de Agosto

Havendo necessidade de regular a criação, elevação e transferência de áreas das unidades territoriais, tendo em conta as capacidades, necessidades e potencialidades do desenvolvimento

económico, social e cultural das comunidades locais, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 179 da Constituição, a Assembleia da República determina:

ARTIGO 1

(Objecto)

A presente Lei tem por objecto estabelecer princípios e critérios de organização territorial, nomeadamente a criação, a elevação e a transferência de áreas das unidades territoriais.

ARTIGO 2

(Âmbito de aplicação)

A presente Lei aplica-se às unidades territoriais de província, distrito, posto administrativo, localidade e povoação.

ARTIGO 3

(Princípios)

A criação, elevação e a transferência de áreas das unidades territoriais obedece os princípios da capacidade, necessidades e potencialidades do desenvolvimento económico, social e cultural das comunidades locais.

ARTIGO 4

(Critérios)

São critérios da criação, elevação e transferência de áreas das unidades territoriais os seguintes:

- a) área do território;
- b) número de habitantes;
- c) grau do desenvolvimento económico, social e cultural.

ARTIGO 5

(Indicadores)

Os critérios referidos no artigo 4 são aplicados de acordo com os seguintes indicadores:

A. Província

1. Área do território: de 20.000 a 130.000 km² (vinte mil a cento e trinta mil quilómetros quadrados);

2. Número de habitantes:

- a) nas províncias de alta densidade populacional, pelo menos 4.000.000 (quatro milhões) de habitantes;
- b) nas províncias de média densidade populacional, pelo menos 2.000.000 (dois milhões) de habitantes;
- c) nas províncias de baixa densidade populacional, pelo menos 1.000.000 (um milhão) de habitantes.

3. O grau do desenvolvimento económico, social e cultural compreende, entre outros, a existência de capacidade de produção e fornecimento dos seguintes bens e serviços essenciais:

- a) estabelecimentos comerciais, estabelecimentos industriais, banca e acomodação;
- b) água potável, unidades sanitárias, unidades educacionais e culturais, vias de acesso e energia eléctrica;
- c) polícia e tribunais judiciais e administrativos.

B. Distrito

1. Área do território: de 2.000 a 20.000 km² (dois mil a vinte mil quilómetros quadrados);

2. Número de habitantes:

- a) nas províncias de alta densidade populacional, pelo menos 100.000 (cem mil) habitantes;
- b) nas províncias de média densidade populacional, pelo menos 40.000 (quarenta mil) habitantes;

c) nas províncias de baixa densidade populacional, pelo menos 10.000 (dez mil) habitantes.

3. O grau do desenvolvimento económico, social e cultural compreende, entre outros, a existência de capacidade de produção e fornecimento dos seguintes bens e serviços essenciais:

- a) estabelecimentos comerciais, estabelecimentos industriais, banca e acomodação;
- b) água potável, unidades sanitárias, unidades educacionais e culturais, vias de acesso e energia eléctrica;
- c) Polícia e tribunais judiciais.

C. Posto Administrativo

1. Área do território: de 1.000 a 5.000 km² (mil a cinco mil quilómetros quadrados).

2. Número de habitantes:

- a) nas províncias de alta densidade populacional, pelo menos 50.000 (cinquenta mil) habitantes;
- b) nas províncias de média densidade populacional, pelo menos 7.000 (sete mil) habitantes;
- c) nas províncias de baixa densidade populacional, pelo menos 2.000 (dois mil) habitantes.

3. O grau do desenvolvimento económico, social e cultural compreende, entre outros, a existência de capacidade de produção e fornecimento dos seguintes bens e serviços essenciais:

- a) estabelecimentos comerciais, estabelecimentos industriais e acomodação;
- b) água potável, unidades sanitárias, unidades educacionais e culturais, vias de acesso e energia eléctrica;
- c) polícia e tribunais comunitários.

D. Localidade

1. Área do território: de 500 a 2.000 km² (quinhentos a dois mil quilómetros quadrados);

2. Número de habitantes:

- a) nas províncias de alta densidade populacional, pelo menos 10.000 (dez mil) habitantes;
- b) nas províncias de média densidade populacional, pelo menos 2.000 (dois mil) habitantes;
- c) nas províncias de baixa densidade populacional, pelo menos 1.000 (mil) habitantes;

3. O grau do desenvolvimento económico, social e cultural compreende, entre outros, a existência de capacidade de produção e fornecimento dos seguintes bens e serviços essenciais:

- a) estabelecimentos comerciais, estabelecimentos industriais e acomodação;

b) água potável, unidades sanitárias, unidades educacionais e culturais, vias de acesso e energia eléctrica;

c) polícia e tribunais comunitários.

E. Povoação

1. Área do território: de 100 a 700 km² (cem a setecentos quilómetros quadrados);

2. Número de habitantes:

- a) nas províncias de alta densidade populacional, pelo menos 3.000 (três mil) habitantes;
- b) nas províncias de média densidade populacional, pelo menos 1.000 (mil) habitantes;
- c) nas províncias de baixa densidade populacional, pelo menos 100 (cem) habitantes.

3. O grau do desenvolvimento económico, social e cultural compreende, entre outros, a existência de capacidade de produção e fornecimento dos seguintes bens e serviços essenciais:

- a) estabelecimentos comerciais e estabelecimentos industriais;
- b) água potável, unidades sanitárias, unidades educacionais e culturais, vias de acesso e energia eléctrica;
- c) polícia e tribunais comunitários.

ARTIGO 6

(Regulamento)

Compete ao Governo regulamentar a presente Lei, no prazo de 30 dias, após a entrada em vigor.

ARTIGO 7

(Entrada em Vigor)

A presente Lei entra em vigor sessenta dias após a sua publicação.

Aprovada pela Assembleia da República, aos 18 de Abril de 2012.

A Presidente da Assembleia da República, *Verónica Nataniel Macamo Dlhovo*.

Promulgada aos 13 de Julho de 2012.

Publique-se.

O Presidente da República, ARMANDO EMÍLIO GUEBUZA.

Preço — 21,15 MT